



ATA DE REUNIÃO - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019 – COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Presidência, neste Tribunal de Justiça, reuniram-se o Des. CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA, Presidente do TJAP; os membros titulares do COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU E O COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, constituído pela Portaria nº 49866/2017-GP, alterada pela Portaria nº 50741/2017-GP: JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JÚNIOR, Juiz Auxiliar da Presidência; ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO, Juiz de Direito; LIÉGE CRISTINA DE VASCONCELOS RAMOS GOMES, Juíza de Direito; MÁRCIO PANTOJA PACHECO, Técnico Judiciário; NEY ARNALDO PARENTE, Analista Judiciário; e JEFF ESTEVAM DA COSTA COSTA, Analista Judiciário, bem como os servidores GLÁUCIO MACIEL BEZERRA, Diretor-Geral do TJAP; ADELSON ARMANDO MARQUES ANDERSON, Diretor-Geral Substituto do TJAP; ROSYWAN CANTUÁRIA DA SILVA FERREIRA, Assessor da Assessoria de Planejamento e Organização; e JOUDSON MEDEIROS DE OLIVEIRA, servidor da Assessoria de Planejamento e Organização, com o objetivo de apresentarem aos membros do COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO a Proposta Orçamentária para o exercício de 2019. Foi declarada aberta a Ata da Reunião do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau de Jurisdição pelo Desembargador Carlos Tork, Presidente do TJAP. O Desembargador Presidente começou discursando sobre o planejamento estratégicos dos Tribunais para os próximos exercícios. Dada a palavra ao Diretor Geral, Glaucio Maciel Bezerra, este começou a apresentação da Proposta Orçamentária do exercício de 2019. Inicialmente foram apresentadas as receitas do Tribunal de Justiça, que são subdivididas em repasses do Poder Executivo e receitas, oriundas de custas judiciais, as quais são divididas entre os fundos (FMRJ, FAJJ, etc).



ATA DE REUNIÃO - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019 – COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Foram estimadas as despesas no montante de R\$ 343.279.361,00 para o exercício de 2019, dívidas entre o Tribunal de Justiça, Escola Judicial, FMRJ, FAJJ e FERC, e segmentadas em Folha de Pagamento, parcelamentos, custeio, investimentos e obras. Os valores foram atualizados de acordo com critérios estatísticos (indicadores inflacionários). A Juíza de Direito Liége Cristina questionou sobre a inclusão na proposta orçamentária de 2019 o possível reajuste dos magistrados. Diante do questionamento, o Presidente Des. Carlos Turk pontuou que, caso houvesse reajuste do subsídio dos magistrados, foi acordado com o Poder Executivo, em reunião do Comitê Estadual de Orçamento, que os referidos valores seriam repassados a este Tribunal de Justiça, não sendo incluído na presente Proposta Orçamentária de 2019 os valores que possam subsidiar eventual reajuste. Retornando a palavra ao Diretor Geral, o mesmo explicou de forma pormenorizada as despesas do Tribunal de Justiça com a Folha de Pagamento. No tocante a Folha de Pagamento, referente às despesas com servidores, o Representante dos Servidor Márcio Pantoja fez o seguinte questionamento: o quadro que ensejou a abertura do concurso, do ponto de vista operacional, foi modificado, tendo em vista hoje haver superávit de servidores, em contrapartida ao que se previa quando da abertura do concurso público, assim, indago se seria necessária a nomeação de todos os servidores, tendo em vista a subutilização de servidores e os impactos orçamentários que a referida nomeação ensejaria. O Presidente compreendeu o questionamento feito pelo Representante dos Servidores no entanto informou que existe um déficit de servidores de acordo com os cálculos da Resolução nº 219-CNJ, tanto no administrativo quanto no judicial, bem como a ocorrência de diversas aposentadorias de servidores que aguardam o Plano de Aposentadoria Incentivada, sendo necessária a nomeação dos concursados. Dada a palavra ao Juiz de Direito Esclepiades, este solicitou que ficasse consignada na presente Ata que o Tribunal de Justiça deve observar a existência de outros critérios.

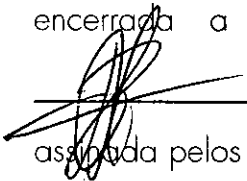


ATA DE REUNIÃO - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019 – COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

para analisar a necessidade de servidores e do terceiro assessor jurídico nas Comarcas do Interior do Estado. O Presidente aceitou a consignação em Ata, no entanto solicitou que tal assunto fosse estudado em outra oportunidade, eis que não está diretamente ligada à análise da Proposta Orçamentária de 2019. Após, o Presidente apresentou a proposta de limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para o orçamento de 2019, visando a nomeação do terceiro assessor jurídico, que serão nomeados de acordo com critérios estabelecidos em momento oportuno. O Desembargador João Lages questionou se existem estudos para a realização de Concurso de Magistrados, tendo em vista a aposentadoria de diversos juizes. Em resposta, o Presidente informou que, de acordo com previsões feitas pela Corregedoria-Geral de Justiça, não existe a necessidade de nomeação de novos magistrados para o próximo exercício. Informou ainda a previsão para o Concurso para os Cartórios Extrajudiciais. O representante dos servidores Márcio Pantoja indagou se a majoração do adicional de férias dos servidores, para se equalizar ao adicional de férias dos magistrados, estaria integrado na proposta orçamentária de 2019. O Presidente informou que tal deliberação está em fase de estudos, portanto, não foi incluída na proposta orçamentária do exercício de 2019. O Presidente do Sindicato questionou se existe a possibilidade de retirada dos valores referentes à indenização de férias de servidores, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), e majoração do adicional de férias para 2/3. O Desembargador Presidente informou não ser possível, neste momento, atender o referido pleito. O Diretor-Geral continuou a explanação dos indicadores de custos do Tribunal de Justiça, detalhando cada despesa prevista para o exercício de 2019, comparando com os custos da referida despesa previstos para 2018. Foram apresentando também os projetos aprovados para o exercício de 2019. Foram apresentados também os projetos pendentes para o exercício de 2019, os quais dependem da existência de crédito superavitário oriundo



ATA DE REUNIÃO - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO
EXERCÍCIO DE 2019 – COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU DE
JURISDIÇÃO

do exercício de 2018. Após a apresentação, deu-se por finalizada a apresentação. Após a apresentação da Proposta Orçamentária para o exercício de 2019 e a discussão entre os participantes, o COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO APROVOU, NA SUA INTEGRALIDADE, A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião às dez horas e trinta minutos. Para constar eu,  Lucas Bitencourt de Souza, lavrei esta Ata que foi lida e assinada pelos presentes.


Des. CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA
Presidente do TJAP


JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JÚNIOR
Juiz Auxiliar da Presidência


ESCLERJADES DE OLIVEIRA NETO
Juiz de Direito


LIÉGE CRISTINA DE VASCONCELOS RAMOS GOMES
Juíza de Direito


MÁRCIO PANTOJA PACHECO
Técnico Judiciário



ATA DE REUNIÃO - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO
EXERCÍCIO DE 2019 – COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU DE
JURISDIÇÃO


NEY ARNALDO PARENTE
Analista Judiciário


JEFF ESTEVAM DA COSTA COSTA
Analista Judiciário


GLÁUCIO MACIEL BEZERRA
Diretor-Geral do TJAP


ROSYWAN CANTUÁRIA DA SILVA FERREIRA
Assessor da ASPLAN


JOUDSON MEDEIROS DE OLIVEIRA
Servidor da ASPLAN